

ATA Nº 04/2026	Data: 22/04/2026	Horário: 09h
Local: Reunião realizada na Sala de Reuniões/Conselhos do Caboprev, e Plataforma Microsoft Teams.		
Membros Presentes: • Alexandre de Vasconcelos Costa – Pres. do Conselho Fiscal • Eliane Maria da Silva – Conselheira Fiscal • Emanuele Dias da Silva – Conselheira Fiscal • Jacqueline Amancio Gomes – Conselheira Fiscal (on-line) • José Francisco Filho – Conselheiro Fiscal • Susane Isabelle dos Santos – Conselheira Fiscal (on-line) • Aldamare Maria da Silva Santos - Conselheira Fiscal (on-line) Membros Ausentes: • Emília Apolinário Vital – Conselheira Fiscal (Em substituição)		
Presidente do Conselho Fiscal: Alexandre de Vasconcelos Costa		

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO CABOPREV

Aos **24 dias do mês de abril de 2026**, às **09:00 hrs**, realizou-se a **Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do CABOPREV**, com duração aproximada de **2 horas e 50 minutos**, em ambiente presencial e virtual, conforme convocação prévia. Participaram da reunião os Conselheiros do Conselho Fiscal, com a participação, a convite, do Gerente de Previdência e Benefícios do Instituto, Dr Ivanildo Germano. A reunião foi aberta pela Presidência do Conselho Fiscal, que deu boas-vindas aos presentes e informou que a pauta central da reunião consistiria na **apresentação e discussão do Relatório de Auditoria Interna**, elaborado após o afastamento do ex-Presidente do Instituto, bem como na apreciação dos encaminhamentos decorrentes dos achados identificados. Registrou-se que a reunião ocorreu em contexto institucional, com investigações em curso, inclusive no âmbito do Ministério Público, recomendando-se cautela, objetividade e rigor técnico nas manifestações. Foi apresentada, pelo Dr Ivanildo Germano, a **síntese do Relatório de Auditoria Interna**, esclarecendo-se que se trata de auditoria realizada **internamente**, com base em documentos, sistemas, registros administrativos e evidências materiais encontradas no CABOPREV, estando o relatório devidamente **assinado pela Presidência do Instituto**. Informou-se que o relatório já foi **encaminhado ao Ministério Público**, contendo documentação comprobatória e anexos volumosos, e que os fatos nele descritos encontram-se sob análise dos órgãos de controle. Foram detalhados os **14 (quatorze) achados principais**, entre os quais:

1. **Acesso indevido às dependências do CABOPREV** em data anterior à publicação oficial do afastamento do ex-Presidente, inclusive com registros de ocorrência policial;
2. **Retirada e tentativa de retirada indevida de documentos institucionais**;
3. **Retenção irregular de equipamentos institucionais**, como computador e telefone celular, ainda não devolvidos;
4. **Manutenção de contratos em desacordo com recomendações dos órgãos de controle**, incluindo contratação externa para operacionalização do COMPREV, apesar de capacidade técnica interna;
5. **Composição irregular da Comissão Permanente de Licitação**, em desacordo

Elia *ppg* *Idosantos* *ppg* *Idosantos* *ppg* *Idosantos*

com a legislação municipal vigente; 6. **Aprovação unilateral da Lei Orçamentária Anual**, sem deliberação do Conselho Deliberativo; 7. **Acumulação irregular de funções**, com violação ao princípio da segregação de funções, inclusive no Comitê de Investimentos; 8. **Dispensa emergencial de licitação decorrente de inércia administrativa**, relacionada à contratação de empresa terceirizada; 9. **Fracionamento indevido de objeto contratual**, especialmente na área de tecnologia da informação e segurança da informação; 10. **Ausência de repasse adequado de tributos, especialmente ISS**, gerando autuação e aplicação de multas; 11. **Omissão na adoção de medidas de equacionamento do déficit do Fundo Financeiro**, incluindo ausência de encaminhamento efetivo da Reforma da Previdência; 12. **Majoração da taxa de administração sem amparo legal e sem estudos de impacto financeiro ou atuarial**; 13. **Irregularidades na comprovação de vínculos contributivos para fins de emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC/COMPREV)**; 14. **Manutenção indevida de benefícios e compensações previdenciárias após óbito de segurados**, gerando riscos de glosa e devolução em dobro dos valores. Quanto as **manifestações dos Conselheiros**: 1. Houve sugestão por parte do Conselheiro José Francisco de uma apresentação em coletiva de imprensa para que o relatório se tornasse público; 2. A Conselheira **Aldamare** manifestou preocupação com diversos pontos do relatório; Destacou: Questionamentos quanto à **natureza da auditoria**, esclarecendo-se tratar-se de auditoria interna; Inquietação quanto ao **acesso restrito ao relatório**, entendendo que o Conselho Fiscal deve receber os documentos necessários ao pleno exercício de suas atribuições; A necessidade de **capacitação continuada dos conselheiros**, especialmente nas áreas de investimentos, finanças e previdência; Preocupação com a **real situação financeira do CABOPREV**, especialmente como representante dos aposentados; Solicitação formal para que seja encaminhada ao Conselho Fiscal **toda a documentação financeira recebida entre os meses de outubro de 2025 e março de 2026**, para análise mês a mês; A Conselheira **Jacqueline** destacou que houve, em períodos anteriores, discussões e elaboração de minuta acerca da **Reforma da Previdência**, que não teve encaminhamento pelo Executivo, relatando que em um dos eventos que participou, foi informado que a partir do momento que o RPPS envia a minuta para o poder Executivo está isento de responsabilidade. Manifestou-se contrária à divulgação pública prematura do relatório, sem a resposta do Ministério Público sobre a auditoria, defendendo prudência institucional. A Conselheira **Susane** apresentou questionamentos sobre contratos jurídicos e a forma de remuneração das empresas contratadas, especialmente no que se refere à distinção entre contratos por valor fixo mensal e contratos com remuneração vinculada a êxito. **Discussões Relevantes**: Durante o debate, foram amplamente discutidos: A **responsabilidade dos conselhos** diante das irregularidades apontadas; A questão das **diárias e inscrições em eventos**, objeto de CPI, inclusive quanto à necessidade de eventual devolução de valores recebidos indevidamente, respeitados o contraditório e o devido processo legal; A **necessidade de reorganização administrativa e funcional** do Instituto, com definição clara de cargos, funções, vínculos e remunerações; A importância da **Reforma da Previdência Municipal** como medida estrutural e urgente; A necessidade de transparência, sem prejuízo da observância aos limites legais e ao estágio das apurações. **Encaminhamentos**: Após as discussões, foram registrados os seguintes encaminhamentos: Aguardar o **pronunciamento formal do Ministério Público** sobre o Relatório de Auditoria Interna; Solicitar à gestão do CABOPREV **relação detalhada dos servidores e colaboradores**, contendo: cargo/função, remuneração, modalidade de contratação e compatibilidade com o cargo; Encaminhar ao Conselho Fiscal a **documentação financeira mensal no período de outubro/2025 a março/2026**, conforme solicitado; Reforçar a necessidade de **capacitação dos conselheiros** e manter o acompanhamento sistemático das providências adotadas pela gestão em relação aos achados apontados. Em tempo, **retifica-se a Ata do mês anterior**, para constar que a Conselheira Aldamare, registrada anteriormente como participante On-line, esteve presente de forma presencial na reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos. *Eliane Maria de S. e Jacqueline Amancio*

Geni; Susane; Aldamare; Jacqueline; José Francisco; Henrique de Almeida e Silva Santos; José

Cabo de Santo Agostinho, 24 de abril de 2026